

**“ESPANTAR VÍCIOS”: PRESCRIÇÕES PARA A SAÚDE FÍSICA E MORAL  
EM MANUAIS DE CIVILIDADE  
(SANTA CATARINA/BRASIL – DÉCADA DE 1950)**

MARIA TERESA SANTOS CUNHA  
mariatsc@gmail.com | Universidade do Estado de Santa Catarina, Brasil

**RESUMO**

Este artigo objetiva analisar, junto a manuais de civilidade, os discursos civilizatórios que procuram reger aspectos da saúde física e moral ao longo da década de 1950, estabelecendo um breve contraponto com a perspectiva médica defendida já a partir da década de 1920, em Florianópolis/SC. O estudo centra-se, principalmente, em normativas sobre a preservação da saúde física e moral constantes de dois manuais de civilidade publicados na década de 1950 que foram utilizados em aulas do Curso Normal e que integram um acervo didático preservado pelo Laboratório de Patrimônio Cultural da UDESC. São eles: “Da Arte de Ser Dona de Casa”, de Marta de Betânia N.D.S. (1951) e “O Livro de Etiqueta: Um Guia Para a Vida Elegante”, de Amy Vanderbilt (1958).

**PALAVRAS-CHAVE**

manuais de civilidade; saúde física; saúde moral; escola normal; educação de crianças.



**SISYPHUS**  
JOURNAL OF EDUCATION  
VOLUME 6, ISSUE 02,  
2018, PP.82-100

**“HOW TO PUSH BACK VICES:” PRESCRIPTIONS FOR PHYSICAL  
AND MORAL HEALTH IN CIVILITY HANDBOOKS  
(SANTA CATARINA/ BRASIL—1950 DECADE)**

MARIA TERESA SANTOS CUNHA  
mariatsc@gmail.com | Universidade do Estado de Santa Catarina, Brazil

**ABSTRACT**

This article presents an analysis of civility handbooks regarding civilizing discourses seeking to rule over aspects of physical and moral health issues throughout the 1950 decade, establishing a brief counterpoint with the medical perspective defended since the 1920 decade in the city of Florianópolis, Brazil. The study is centered mainly in normative discourses on preserving physical and moral health within two civility handbooks published in the 1950 decade and used in Normal Schools, as part of a teaching archive preserved by the UDESC Cultural Heritage Laboratory. They are named “Da Arte de Ser Dona de Casa [Housewife Arts],” by Marta de Betânia N.D.S. (1951), and “O Livro de Etiqueta: Um Guia Para a Vida Elegante [Book of Etiquette: A Guide to Elegant Living],” by Amy Vanderbilt (1958).

**KEY WORDS**

civility handbooks; physical health; moral health; normal school; education of children.



**SISYPHUS**  
JOURNAL OF EDUCATION  
VOLUME 6, ISSUE 02,  
2018, PP.82-100

# “Espantar Vícios”: Prescrições para a Saúde Física e Moral em Manuais de Civilidade (Santa Catarina/Brasil – Década de 1950)

Maria Teresa Santos Cunha

A lição instruía, informava e porventura desenvolvia também a inteligência, mas efetivamente só a educação fazia o aluno “adquirir hábitos”.

Jorge Ramos do Ó, 2003, p. 487

## INTRODUÇÃO

Espantar vícios, adquirir bons hábitos, civilizar, educar as maneiras e os modos de comportamento em sociedade, normatizar as posturas, moldar os tratos relacionados às funções corporais em um corpo saudável, desde a primeira hora do dia até o momento do deitar-se. São estes os pressupostos centrais divulgados em lições dos manuais de civilidade – compêndios utilizados com fins à propagação das regras de conduta percebidas como fundamentais para possibilitar a conformação das normas construtoras de sensibilidades. Civilizar, enfim, os membros constituintes da sociedade moderna que se edificava e consolidava a partir do século XIX no Brasil foi um dos objetivos explícitos para o uso escolarizado dos manuais de civilidade.

No Brasil, já no final do século XIX, período em que a elite agrária brasileira se mudava para as cidades e uma nova burguesia ocupava espaços, é possível encontrar estes livros seja em bibliotecas escolares ou pessoais. O mais famoso (e provavelmente mais antigo) manual chamava-se *Código do Bom Tom*, de autoria do cônego português identificado apenas como J. I. Roquette, publicado em 1845, que procurava normatizar os rituais do Brasil Imperial e se tornou leitura obrigatória de uma aristocracia brasileira. Relançado em 1998 precedido de uma Introdução da historiadora Lilian Schwarcz, este manual introduziu regras, por exemplo, de como comportar-se em eventos da sociedade, de como manter-se ágil e saudável, de como ser considerado bom aluno, inspirado nos manuais congêneres franceses.

Em seu país de origem, o manual era considerado um importante referencial de educação, uma vez que, o autor contava com as experiências provenientes do convívio com a nobreza e a realeza em Lisboa, Paris e Londres. Com a formação da nobreza em terras subtropicais, a publicação previa atender as necessidades de educação de um reino jovem e em crescimento.

Uma rápida olhada na vasta lista de livros publicados por Roquette revelará que muitos deles destinavam-se, já em seus títulos, a Portugal mas também ao Brasil, onde a voga



dos manuais de civilização se iniciou em meados do século XIX. Diante de uma realidade isolada, em meio às demais repúblicas americanas, de um Império escravocrata que dissimulava as marcas dessa instituição e de uma nobreza recém criada, tais guias foram recebidos com o entusiasmo daqueles que tentam apagar as pistas de seu caráter recente e bastante improvisado. (Schwarcz, 1997, pp. 28-29)

Considerados vetores de sistemas de valores, ferramentas para a consolidação das formas e dos códigos morais e sociais, os manuais de civilidade e etiqueta compunham-se de inúmeros conselhos para a vida cotidiana, inclusive com regras precisas sobre práticas de saúde além de orientações variadas para uma perfeita conduta pessoal, moral e social para fazer frente à *avalanche de costumes insólitos, pagãos e bestiais* (Betânia, 1951, p. 10). Guiados pelo objetivo de transmitir e ensinar atenções e cuidados que cada indivíduo deveria dirigir a si mesmo e aos outros, no espaço público e privado, eles são, hoje, documentos importantes para se compreender maneiras com as quais se ordenava a vida em sociedade e formas de conhecer um conjunto de conselhos de como se portar, presentes em variados dispositivos, como indica Chartier:

Entre os muitos exemplos de gêneros que tentam incorporar gestos necessários ou apropriados encontram-se os compêndios sobre como se preparar para a morte, os livros de exercícios religiosos, os guias de boas maneiras e os manuais. (1992, p. 232)

A idéia de abrandar os impulsos, de civilizar os hábitos, não é natural, mas uma construção social e cultural, de acordo com a sociedade que os mobilizava com propósitos construtivos para induzir ao triunfo da razão sobre a paixão e onde o autocontrole moral era considerado, ao lado da saúde física, como bens dos mais preciosos da vida e indispensáveis como índice de maturidade. Considera-se que a boa saúde do corpo e a disposição dos sentidos vinculam-se a uma perspectiva de educação que, em seu sentido mais amplo, prescreve valores e normas de comportamento. Delega-se, desta forma, civilidade às maneiras, às posturas morais e físicas, aos bons hábitos de saúde e o conseqüente afastamento dos vícios, construindo a esfera do que é considerado como legítimo para a atuação de homens e mulheres no corpo social.

Os emblemas valorizados e visíveis de tal estilo civilizado eram as boas maneiras à mesa, uma biblioteca bem manuseada, entradas para concertos e museus, um programa para ajudar os outros a se ajudarem, a subscrição pública com uma obra de caridade (...) e onde a temperança [moral e física] tinha lugar proeminente na luta por um autodomínio moderado. (Gay, 1995, p. 497)

A produção e circulação desses impressos que divulgam discursos de cunho civilizatório em uma determinada sociedade, nos mais variados suportes materiais e dispositivos textuais, pode ser vista como um esforço que tem por objetivo a internalização de regras para a construção das boas maneiras, ou seja, dos bons modos ou ainda, da boa



educação, pois “são estes dispositivos discursivos e institucionais que, em uma dada sociedade, visam a disciplinar o corpo e as práticas e modelar os comportamentos e os pensamentos” (Chartier, 2003, p. 155).

Com este referencial, este artigo objetiva discutir alguns apontamentos acerca do percurso de investigação realizada junto aos manuais de civilidade sobre os discursos civilizatórios que procuram reger aspectos da saúde física e moral ao longo da década de 1950, estabelecendo um contraponto com a perspectiva médica defendida já a partir da década de 1920, em Florianópolis/SC. O estudo centra-se, principalmente, em normativas constantes de dois manuais de civilidade publicados na década de 1950 que foram utilizados em aulas do Curso Normal e que integram um acervo didático preservado pelo Laboratório de Patrimônio Cultural da UDESC. São eles: “Da Arte de Ser Dona de Casa”, de Marta de Betânia N.D.S. (1951) e “O Livro de Etiqueta: Um Guia Para a Vida Elegante”, de Amy Vanderbilt (1958).

## A VIDA COM INSTRUÇÕES: OS MANUAIS DE CIVILIDADE NA ESCOLA NORMAL

Incentivar a conduta moral e instruir para a prática dos bons costumes era o que pretendiam os manuais de civilidade aqui entendidos como um “corpus que ressoa a representação dos modelos de civilidade e os comportamentos esperados (...) que prescrevem e regulamentam condutas efetivas da ‘boa sociedade’” (Rainho, 1995, p. 141). Também chamados manuais de urbanidade, permitem pensar que civilidade e urbanidade guardam entre si estreitas relações que em diferentes momentos históricos, a tônica recai sobre uma ou outra das expressões. A noção de civilidade ultrapassa séculos e já no século XVI, ela foi difundida através de um texto fundador dedicado à boa educação de meninos, intitulado *De civilitate morum puerilium*, de Erasmo de Rotterdam, publicado em 1530 e intensamente divulgado em traduções, reimpressões, imitações e adaptações, pelo menos até o século XVIII, que reunia “(...) observações e conselhos para uso das crianças, abordando as principais circunstâncias da vida em sociedade” (Revel, 1991, p. 171).

Em textos apresentados de forma didática, seu objetivo era divulgar normas sobre o modo de conduzir-se frente aos demais, em observância a uma hierarquia inquestionável de relações sociais. Neste compêndio, o termo *civilitate* indicava um novo padrão de sociedade, na qual a civilidade deveria ser comum a todos, sem qualquer distinção. São regulamentos de vida imersos em um conjunto de procedimentos que apontam para uma legitimação de comportamentos adequados ao convívio social e que reverberarão, mais tarde, na proliferação dos chamados manuais de civilidade ou de boas maneiras e etiqueta.

A partir da década de 1930, com mais ênfase entre as décadas de 1950 a 1960, manuais de civilidade e etiqueta figuram com bastante frequência nas estantes de bibliotecas das Escolas Normais, como leitura para a formação de professores e professoras, especialmente (Cunha, 2008). Os recentes estudos de Honorato (2014), confirmam que a preparação, nas Escolas Normais, de professores e professoras para o ensino primário, visava ampliar, para a população, um imaginário de sociedade civilizada que “simbolizaria um padrão diferente de civilidade para produção de comportamentos dos indivíduos escolarizados” (p. 177).



Estes livros compunham o material didático utilizado nas Escolas Normais na abordagem dos temas relativos à *civilidade* que integravam as aulas de economia doméstica e trabalhos manuais e eram ministradas como parte dos currículos oficiais para a formação de professoras e professores para o então chamado Ensino Primário (Schaffrath, 2002, p. 108). A presença desses Manuais nas escolas, seja como materiais utilizados nas aulas, seja como produção de professores ou, ainda, como leituras feitas pelos professores e aconselhadas/prescritas aos pais e aos alunos e alunas criou oportunidades para a conformação de novos saberes (a maioria de fundo cristão/católico) visando instaurar “entre os homens as condições de um relacionamento agradável, lícito, e cada vez mais conforme às exigências, inicialmente, da religião” (Revel, 1991, p. 185). A Escola Normal, na qualidade de agência formadora privilegiava os valores morais e cívicos dos futuros professores e professoras – construtores da Nação – e propagava uma série de qualidades morais e físicas (boas maneiras, bons antecedentes, bons hábitos de saúde pessoal e moral) que comporiam a figura do(a) professor(a) e dariam um sentido nobre à profissão docente. Assim, inculcar formas civilizadas de conduta pessoal e moral, desfilas suas próprias marcas de etiqueta social e preconizar condições para uma vida saudável – identificada, não raro, como saúde física, moral e cristã – eram aspectos desenvolvidos nas escolas, preocupadas em definir regras para o controle e a contenção de sentimentos e sensações e, ao mesmo tempo, investir na formação de sensibilidades recatadas, *civilizadas*, e portadoras de saúde física e moral consideradas indispensáveis como signos de refinamento, de adequada formação para o exercício de cidadãos saudáveis e úteis à Pátria.

As postulações da boa educação inculcadas à idéia de autocontrole e de saúde física e moral como preceitos da civilidade, vinculam-se como direção imposta ao abandono das práticas de ‘barbárie’, recorrentes anteriormente aos desejos e necessidades de aderir ao “processo civilizador” analisado por Norbert Elias (1993). Para o autor, as modificações dos comportamentos e a definição das sensibilidades na sociedade moderna, estão diretamente ligadas à formação do Estado Nacional Moderno, diante das práticas de monopólio da força física pelo Estado – com a instauração das monarquias absolutistas; e à diferenciação das funções e relações sociais, que exigiam um controle mais efetivo das emoções por parte dos indivíduos - um *abrandamento das pulsões*, como se refere Norbert Elias (1993) para quem:

o controle mais complexo e estável da conduta passou a ser cada vez mais instilado no indivíduo desde seus primeiros anos, como uma espécie de automatismo, uma auto compulsão à qual ele não poderia resistir, mesmo que desejasse. (Elias, p. 196)

Tais postulados podem apresentar sua explicação diante da simples compreensão de que, estando ausente o direito de imposição individual pela força física (monopolizada pelo Estado), passa a ser percebida como inevitável a internalização do controle das sensibilidades como forma de demonstração das habilidades e diferenciações funcionais no seio da sociedade. Como reguladora de instintos, a civilidade é, portanto, o que faz possível a vida em comum sem odiar-se, ensina a ser agradável ao outro e a evitar ferir-se (Guereña, 2005).



## SOBRE AS AUTORAS

Os dois manuais em estudo circularam, nas décadas de 1950 e 1960 como leituras indicadas, entre as professoras em formação e foram, inclusive, preservados por algumas delas que as doaram para este estudo. Sobre “O manual Da Arte de Ser Dona de Casa”, de Marta de Betânia Editora N.D.S. (1951), as informações sobre a autora e editora ainda são escassas. Sobre Marta de Betânia, as evidências indicam ser um pseudônimo de um autor ou uma autora brasileira, uma estratégia bastante utilizada na confecção desses manuais. Seus ensinamentos expressam um cunho religioso – católico – expresso no manual desde a introdução e onde se propõe que “a família e o lar têm de tornar-se novamente o centro irradiador de recuperação cristã da civilização” (Betânia, 1951, p. 10). De igual maneira, pode-se pensar que o nome da autora tenha inspiração em um personagem bíblico.<sup>1</sup> Um olhar mais aguçado sobre seus preceitos permite entrever a presença de valores morais caros à Igreja Católica (a prática da caridade, a presença às missas dominicais e o poder da oração), que contribuiriam para reforçar hábitos e sentimentos, uma espécie de cruzada cristã, ainda muito presentes em uma educação que se anunciava laica e republicana. Não se tem notícias de outras edições deste Manual, depois de 1951, embora ele conste da lista de livros sugeridos para leituras de normalistas até meados da década de 1960 (Cunha, 2001, 2009).

O segundo Manual em análise intitula-se “O Livro de Etiqueta: Um Guia Para a Vida Elegante”, de Amy Vanderbilt que teve uma primeira edição de 2000 exemplares em 1958, pela Editora Record do Rio de Janeiro e que chegou até a quinta edição em 1967 pela mesma Editora. Sobre a norte-americana Amy Vanderbilt há um prefácio assinado pela autora em que ela remonta às origens de seus ascendentes na América no século XVIII e informa sobre sua “educação europeia e viagens constantes pelo estrangeiro como conselheira de etiqueta e negócios” (Vanderbilt, 1958, p. XXI). Suas instruções prescritivas não se referem a nenhum credo religioso, em especial, o que evidencia uma certa laicidade nas propostas. Este manual se apresenta como um livro completo de etiqueta e um guia para o bem-viver. As mais diversas ocasiões sociais são ali abordadas, desde uma audiência com um chefe de estado (ou até mesmo o papa), até situações do dia-a-dia, contemplando tanto o que manda a tradição como as mudanças que a vida contemporânea incorporou à etiqueta. Há também uma sugestão de que “como toda obra de referência, não é preciso ser lido integralmente de uma só vez” fato que sugere leituras constantes de acordo com a necessidade apresentada. Reforça-se, em suas páginas, que o que se encontra ali, são orientações para serem consultadas, quando necessário, sobre atos do cotidiano – tais como dividir as tarefas domésticas entre os membros da família, falar ao telefone, frequentar lugares públicos, oferecer presentes – e eventos sociais de que participamos habitualmente, como convidados ou anfitriões, além de cuidados com os aspectos da saúde física e moral.

---

1 Marta de Betânia, santificada no século I, irmã de Lázaro e de Santa Maria Madalena. Considerada trabalhadora e responsável, como dona de casa que preparou uma ceia para Jesus. Consulta em [http://alexandrinabalasar.free.fr/marta\\_de\\_betania.htm](http://alexandrinabalasar.free.fr/marta_de_betania.htm) (Acesso em 31/05/2018).

## PRECEITOS PARA SAÚDE DO CORPO E DA MENTE

Desde a década de 1920, na cidade de Florianópolis a idéia de modernidade também estava presente nas prescrições de civilidade investigadas na imprensa periódica de Florianópolis, particularmente nos jornais O Estado e A República, constituindo, portanto, um ponto de intersecção entre esses dois contextos históricos, ou ainda uma determinada permanência histórica em nível dos discursos produzidos e veiculados sobre a modernização do país, embora cada década possua a sua especificidade. Através dos jornais, desde os anos 20 do século XX, foi possível lançar alguns olhares acerca da batalha travada por médicos e juristas, em especial, na tentativa de construir uma nova nação, moderna, sadia e civilizada, exterminando, para tanto, todos os considerados comportamentos doentios ou *venenos sociais* para aquela época: o problema do jogo, das drogas e do alcoolismo, a sífilis e a perda do pudor que poderia levar a prática de uma sexualidade desregrada, a vadiagem e o abandono do trabalho. Aos jornais delegou-se, portanto, o papel de porta-voz autorizado da informação e, nessa perspectiva, a tarefa de educar os seus leitores para uma correta saúde do corpo e da mente, pautando-se em modernos conceitos científicos. De acordo com o jornal A República, em 13 de julho de 1927, noticiou-se uma palestra proferida sob o título “Para uma juventude melhor”, escrita por um jurista importante na cidade:

Depois de explicar e definir os tóxicos, o ilustre magistrado Dr. Othon D’êça dissertou sobre os vícios chamados elegantes: o da cocaína, do ópio e da morphina. Salientou, narrando factos e lendo estatísticas, os males que esses vícios acarretam ás suas victimas, taes como: atrophia mental, desorganização nervosa, neurasthenia e moléstias cardíacas. Passou em seguida a enumerar e a exemplificar os males moraes: a vagabundagem, a mendicância e o abandono do trabalho. Sobre o álcool e sobre o fumo, teceu commentarios opportunos, recommendando a temperança e appellando para um combate intensivo a todos esses vícios. (1927, p. 2)

De igual maneira, a Diretoria de Higiene da cidade de Florianópolis, ficava encarregada de zelar pela saúde física e moral de seu povo, como noticiava o mesmo jornal A República, em 23 de agosto de 1928,

A Directoria de Hygiene continua a ser a mesma repartição efficiente e activa, zelando carinhosamente, como lhe compete, pela saude do povo. A fiscalização de generos alimentícios e pescados, nos armazéns, feiras e mercados, a fiscalização de lacticínios, o serviço de vaccinação e revaccinação anti-variolica, a instituição da polícia sanitaria que percorre as nossas ruas, visitando as casas particulares ou de commercio, para verificar a observancia dos preceitos de hygiene, são serviços, creados uns, intensificados outros, pela actual administração e que continuam a ser feitos hoje com a mesma (si não maior) intensidade e promptidão do começo. (1928, p. 2)



Entre as décadas de 1920 a meados da década de 1940, o hábito de fumar cigarros foi um marcador privilegiado de uma determinada condição social sem muitas prescrições para a saúde, enquanto que a partir dos finais da década de 1940, no Brasil, tal postura passa a ser gradativamente associada à toxicomania, embora estivesse inserido em uma série de representações específicas *glamurosas* daquela época veiculadas, principalmente pelo cinema norte-americano. No entanto, a condição de elegância e estética historicamente construída para o hábito de fumar cigarros ainda permanecia nos discursos veiculados em manuais de civilidade na década de 1950. Na própria obra de Amy Vanderbilt, de 1958, encontra-se que:

Muitos homens – e certamente a maioria das mulheres – concordarão comigo: o charuto apresenta, sob o ponto de vista estético, alguns perigos. Um enorme charuto na bôca de um rapaz faz-me o mesmo efeito absurdo que se êle arvorasse um antiquado prince-nez. Os charutos curtinhos parecem muito melhor. Depois, aquêle apaga-acende de um enorme charuto nada tem de agradável para quem... não fuma. Assim, pois, se o cavalheiro fuma charutos, trate-os como se fossem cigarros. Não mande para o ar, ou para cima dos outros, grandes nuvens de fumaça (p. 123).

Ao tratar os charutos como se fossem cigarros, o homem (cavalheiro) torna-se *bem educado*, cuidando também para não jogar a fumaça em cima das outras pessoas. Prescreve-se, portanto, civilidade às maneiras num momento em que a modernidade se anunciava como representação de um novo país que, ao investir na industrialização e urbanização da sociedade, tornava-se necessário postular os considerados bons comportamentos aos homens e mulheres para um convívio regrado. Além disso, os *perigos* representados pelos charutos, de acordo com essa obra, inseriam-se no âmbito da estética, do ser distinto e elegante, sem considerar a questão do fazer ou não mal a saúde do corpo e da mente. Entretanto, ao prescrever as boas condutas para os fumantes de cachimbo, a autora evidencia uma certa preocupação com a escolha do tabaco adequado para evitar danos à saúde:

O cachimbo está, atualmente, muito generalizado. Mas o fumante de cachimbo tem, também, que respeitar algumas regras. Saber limpar um cachimbo é, segundo consta, uma arte que não deve ser exibida em público. E se o fumante necessita experimentar o cachimbo – com aquele ruído característico de sucção – será preferível que para isto êle se afaste um pouco dos seus semelhantes. Diversas espécies existem de tabaco. Para uma escolha acertada, os novatos na matéria consultarão os veteranos. Um tabaco que cheira mal não pode ser bom para o seu cachimbo, nem para os seus pulmões. (p. 124)

O período selecionado para o estudo em questão marca o final da Segunda Guerra Mundial e coincide, igualmente, com o processo de redemocratização da sociedade brasileira que se estende até inícios da década de 1960. A década de 1950 no Brasil foi representada tanto pela proximidade com o período da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), cuja memória ainda era muito próxima e os desdobramentos do conflito estavam

sendo vividos e experimentados pelos homens e mulheres daquela época como pelo investimento do Estado na idéia de modernizar o país. Tal concepção de modernidade, desde o fim dos anos 40, atrelou-se ao processo de reajustamento dos Estados Nacionais no pós-guerra e, nesse sentido, o Brasil passou a orientar-se, nas esferas do político, econômico e cultural, segundo as concepções de vida dos EUA ou *American Way Of Life*. (Tota, 2000).

Os anos 50 foram propulsores de um processo de reordenação do Estado brasileiro após quinze anos do governo de Getúlio Vargas, abrindo vertentes democráticas como no caso da eleição do presidente Eurico Gaspar Dutra, apoiado por Vargas e eleito em 1945 num processo eleitoral realizado de maneira *direta*. Dando prosseguimento a essa rápida pintura do quadro político, social e cultural da época, em 1951 o país, sob nova constituição, viu o retorno de Getúlio Vargas ao poder e, três anos mais tarde lamentaria o seu suicídio. Tal fenômeno, cujo alcance não é tarefa simples de precisar, imbricou-se também nas idéias de caráter moderno e civilizador propostas por Juscelino Kubitschek ao assumir o país, também de maneira democrática em 1955, procurando dar uma nova ênfase à urbanização e industrialização cujo lema era alcançar cinquenta anos de desenvolvimento em cinco anos de governo (Ferreira, 2006).

O discurso veiculado em manuais de civilidade na década de 1950 no Brasil está relacionado, portanto, à instituição da ordem pública em um momento em que se investiu na modernização associada à industrialização, gerando um crescimento vertiginoso das grandes cidades do país. A idéia de internalizar em cada indivíduo um mundo ordenado, visando enquadrar o cidadão no cumprimento de suas obrigações, muitas vezes consideradas como um caráter cívico em relação à família, ao trabalho e ao cuidado com a saúde física e moral visando a construção de uma sociedade dita racional e civilizada, é visível nos manuais pesquisados.

Numerosos exemplos referem-se ao hábito do jogo e das apostas, dos hábitos de fumar e de beber considerados como vícios prejudiciais à saúde física e moral e, nessa perspectiva, as prescrições do manual de Marta Betânia são bastante significativas:

O jogo, como simples divertimento, a título de distração para o espírito fatigado, não causa prejuízo algum; desde que, porém, não se transforme em paixão e passe a dominar as faculdades morais. Sua ação nefasta desmoraliza o jogador e compromete o bem-estar dos que compartilham de sua vida íntima, quando não o destrói completamente. Quantas desgraças se acumulam nos lares, devido ao jogo desregrado, constringendo as famílias a sofrer humilhações de toda a espécie e a suportarem os reveses da sorte que lhes impõe o “azar”. Mentalidades doentias, desprovidas de critério sujeitam-se ao capricho desta tentação diabólica. (Betânia, 1951, p. 226)

Conter os comportamentos, civilizar os hábitos e abrandar as pulsões espontâneas são imperativos colocados na construção de uma sociedade que se representa como civilizada, onde os seus indivíduos são conscientes dos seus papéis sociais e da sua relação de interdependência. À medida que esse processo de civilização se institui e exige cada vez mais um autocontrole das condutas ou ainda uma dominação de si em relação aos outros, constrói-se, paulatinamente, a esfera dos comportamentos socialmente aceitáveis, entre os quais o hábito cotidiano de apostar em *jogos de azar* que, de acordo



com o manual investigado, não era bem visto, podendo levar os indivíduos à perda de sua moralidade e a sofrer vexames e humilhações não só na esfera pública como também no âmbito familiar e privado. Aqueles indivíduos considerados desequilibrados são considerados como doentes que não conseguem regular o seu próprio instinto reprimindo os seus impulsos são descritos como possuidores de mentalidades doentias, desprovidas do critério fundamental que rege as normas de civilidade: pensar duas vezes antes de agir e, assim, estar seguro em seu autocontrole cotidiano.

Em relação ao hábito de fumar cigarros e/ou charutos as prescrições de civilidade no mesmo manual dos anos 50 evidenciam uma interface com o discurso médico acerca da boa atitude com o corpo e a mente, sinalizadores da saúde desejada:

Os fumantes costumam alegar que fumam durante o trabalho porque o fumo lhes dá boa disposição e aclara as idéias. Puro engano: o fumo diminui a capacidade de produção, prejudica a memória e tem ação nociva sobre a inteligência. O principal agente tóxico do fumo é a nicotina que, como veneno, pode ser comparada ao ácido cianídrico. A quantidade de nicotina existente em um cigarro é insuficiente para causar a morte, mas sua contínua absorção, com o tempo, acarretará os maiores malefícios do indivíduo. O fumo não ataca o organismo rapidamente, mas o faz aos poucos, sorrateiramente, sem que o fumante o perceba. Assim sendo, o fumo atua como um verdadeiro agente da “quinta-coluna” contra a saúde. Em medicina, considera-se toxicômano o indivíduo que se habitua de tal maneira a um tóxico, que não pode depois passar sem êle. O fumante é, por isso, um toxicômano. (Betânia, 1951, pp. 230-231)

O *ser moderno* da década de 1950 veiculado nos manuais de civilidade, entretanto, partia do pressuposto de que os princípios básicos da *boa educação* acerca dos cuidados com as drogas e o alcoolismo, colocados em décadas anteriores (Dessbesell, 2004) já estavam internalizados nos sentimentos e nas emoções dos homens e mulheres não somente em virtude do distanciamento temporal entre essas décadas como também através do progressivo processo de *abrandamento das pulsões* que o processo de civilização e modernização exige dos indivíduos. Desta maneira, o manual de civilidade intitulado “Da Arte de Ser Dona de Casa”, de Marta Betânia (1951), postulava que:

O abuso de substâncias entorpecentes remonta à épocas longínquas. Foi, porém, depois da Grande Guerra, pela exaltação cerebral que acompanha os grandes cataclismos, que a tendência para o abuso dos estupefacientes tomou desenvolvimento assustador, porque o mal se infiltrou de um modo rápido em todas as camadas sociais. O alívio proporcionado pelo tóxico aos que padecem é a tentação para a sua repetição e, de dose em dose, se não houver um paradeiro, o indivíduo vai rapidamente se afazendo ao uso e abuso, e em pouco tempo a necessidade orgânica se estabelece. (Betânia, 1951, p. 229)

É no interior desse complexo controle de condutas que aparecia, portanto, a idéia dos males morais que afetavam a saúde, definidos como a vagabundagem, a mendicância e o

abandono do trabalho, que desvirtuariam os indivíduos em seu autocontrole cotidiano. Esse progressivo abrandamento de determinadas condutas e emoções, de acordo com Fernando Ampudia de Haro, “evoca en la persona la sensación de un muro invisible que le separa de los demás, de aquellos de los que en ocasiones hay que apartarse” (Haro, 2007, p. 146), ou seja, é a partir de um controle reflexivo e individualizado dos comportamentos que se pode almejar construir uma auto-imagem de cada ser humano como um indivíduo dotado de afetos e inclinações que devem ser regulados num processo de privatização dos sentimentos em prol da idéia de uma sociedade dita *civilizada*.

As pulsões e os sentimentos espontâneos, portanto, foram cada vez mais reprimidos no interior de cada indivíduo onde, segundo Norbert Elias, “o prazer ou a inclinação do momento são contidos pela previsão de conseqüências desagradáveis, se forem atendidos” (1993, p. 227). De fato, o documento acima prescrevia normas de civilidade na medida em que buscava educar o leitor para a importância de manter em estado de sobriedade a sua mente e o seu corpo, como forma de estar apto ao trabalho, tornando-se um cidadão, nessa perspectiva, não só equilibrado como consciente da sua função social de contribuir para elevar o Brasil à civilização. As prescrições de normas de comportamento em manuais de civilidade abrangem, portanto, as mais diversas esferas do cotidiano e em relação ao consumo de bebidas alcoólicas, a autora Marta de Betânia é enfática:

Claro que o álcool não faz parte da vida infantil. Aos dezoito anos já será permitido um cocktail ou um ocasional cálice de vinho comemorando uma data. Nada mais do que isso. Mas... o exemplo é “quase tudo” e não se pode esperar que, mais tarde, uma criança que sempre viu beberem os que a cercam, não seja atraída pelas bebidas. Lembrando-se de como os adultos pareciam “alegres” quando abusavam do álcool, ao mesmo tempo recorrerá, instintivamente, na primeira hora sombria (1951, pp. 265-266)

No processo de instituição de uma questão social do uso de drogas no Brasil, que se deu a partir das primeiras décadas do século XX, a idéia de educar pelo exemplo, ao que tudo indica, esteve presente na construção de políticas de caráter preventivo e repressivo cujo foco principal era a população jovem. Desta maneira, o problema do alcoolismo, por exemplo, aparecia como um mal a ser combatido através da educação e é nesse sentido que as prescrições dos considerados *bons comportamentos* em relação ao consumo do álcool e de drogas inseriram-se no interior de um processo de civilização imbricado nas esferas da educação, da saúde e da segurança pública, onde cada indivíduo deveria internalizar um conjunto de regras de conduta vistas como adequadas para a construção de uma sociedade sadia, moderna e civilizada.

A historicidade do tema de etiqueta e boas maneiras infere sobre um tipo de literatura produzida com fins específicos para atender as demandas de cada período em que teve maior ou menor ênfase. Essas demandas foram circunscritas por eventos de natureza política, econômica, social, cultural ou qualquer outra necessidade emergente. Instrumentar os indivíduos para novos contextos, ou mesmo, estimular mudanças faz parte de um movimento contínuo e global que se dá de forma diversa e desigual entre as inúmeras culturas. A elaboração dos discursos das duas autoras dos manuais desse estudo sinaliza que o tema foi difundido e abordado de maneira a contemplar a estratificação social e suas peculiaridades, mas, isso não os afasta da perspectiva de



serem escritas pensadas na clave da distinção (Bourdieu, 2007) e da ascensão social, nas quais o referencial e a exemplaridade têm como parâmetro os modos comuns em grupos já estabelecidos, como, por exemplo, os que circulam em lugares públicos (clubes, teatros), cerimônias oficiais ou, até mesmo, a nobreza em sua corte.

É perceptível pela leitura destes preceitos, a presença de valores morais caros à Igreja Católica que contribuíam para reforçar hábitos e sentimentos. De acordo com estudos da professora Marta Carvalho, a presença de expressivo número de militantes católicos na Associação Brasileira de Educação (ABE), entre os finais da década de 1920 aos meados da década de 1930 “deu à entidade o caráter de resistência moral evidenciando a presença marcante de intelectuais pertencentes à Igreja Católica na formulação de políticas públicas para a educação” (1989, p. 67). Nesse sentido parece correto afirmar que diversas temporalidades se entrecruzam nos preceitos dos manuais de civildade onde um passado harmônico é construído em um presente que se pretendia reviver para alcançar um futuro em que se reverberariam estas propostas. No esforço para demonstrar as intersecções das regras de civildade com a moral cristã, em vários estratos de tempo, a associação da moral com polidez, correção, pureza de condutas funcionam como equipamentos coletivos de subjetivação: mesmo na República laica o investimento era em um cidadão católico formado em casa por uma família *cristã* e na escola por professores com *superioridade intelectual* já que formado nestas bases filosóficas e culturais.

## A ARTE DE EDUCAR CRIANÇAS E JOVENS SAUDÁVEIS

Nos exemplares analisados neste trabalho, percebe-se uma preocupação constante das autoras em direcionar seus textos às mulheres, que estariam sempre responsáveis pelos cuidados com a casa, bem como um encaminhamento da formação moral da preservação da saúde dos filhos. Quando o assunto é apontado à criação dos filhos, a figura do chefe da família em alguns momentos também é convocada, mas sempre acompanhando a delegação da responsabilidade da condução familiar à mãe, que deve estar atenta ao rumo que tomam os comportamentos dos membros da família. Isto é perceptível nos tratos textuais verbalizados com expressões utilizadas nos dois manuais, como: “minha amiga; cara leitora; amiga leitora”. Ambos contêm um capítulo ou parte dedicada aos aconselhamentos de como construir a vida em família. Nessas notas, existem conceitos instrutivos sobre como a *dona de casa* deverá organizar o lar para manter a família unida e estável, assim como deverá prosseguir na educação das crianças para que aprendam a se tornar adultos respeitáveis, saudáveis e aptos ao bom convívio em sociedade.

Nestas leituras de civildade, a criança é apresentada como portadora de uma personalidade que pode ser construída, moldada pelos pais segundo as condutas que a família tomará como modelo para conduzir sua criação como o título *Formação saudável do caráter infantil* (Betânia, 1951, p. XIII). As orientações geralmente são voltadas à conformação do comportamento desde a infância, com a intenção de configurar o futuro caráter dos meninos/ alunos para desde cedo moldar e formar o *cidadão saudável e de boa moral* (Vanderbilt, 1958, p. 34).



Os textos dos manuais forneciam, através deste suporte escrito, um conjunto de idéias para a preservação da saúde e para educação moral, que, segundo os estudos de Jorge do Ó (2003), em Portugal, tiveram ressonância<sup>2</sup> nas organizações escolares nas décadas de 1930 e 1940. O autor cita registros oficiais com prescrições para a “socialização correta” dos alunos liceais e pode-se considerar tais prescrições como elementos estruturantes de uma dada formação pois alguns dos preceitos/vivências daquele passado ajudaram a configurar, no campo das possibilidades, o jovem e o homem que veio depois, nos termos de que

“A aquisição de resistências morais, a formação da vontade e do caráter” constituíam a “empresa” que aquele homem de ciência teria “de levar a bom termo dentro do liceu” (p. 443)... Mas ter um bom caráter não era por si só uma garantia de êxito. A questão da moral aplicada ao aluno [criança] e à respectiva vida privada implicava aquisição de conhecimentos anteriores e mesmo uma formação profissional, sobretudo no campo da higiene moral. (p. 453)

As autoras procuram alertar as mães para que eduquem seus filhos *saudavelmente* e lhes dediquem um tratamento baseado na ternura, calma, afeto, compreensão – características que distinguem e apresentam os hábitos civilizados que a época solicitava; mas sem nunca deixar de lembrar a autoridade paterna que se viabilizava fora do ambiente doméstico. Os estudos de António Gomes Ferreira (2000) para Portugal pontuam, desde épocas anteriores, esta prática:

Os homens, mesmo quando pais, sentiam-se pouco inclinados a debruçarem-se sobre aspecto tão comezinho da lide doméstica e pouco ou nada faziam para aumentaras raras oportunidades de contacto com a criança (...). Aos pais, como homens e chefes de família, estavam reservadas as tarefas mais nobres, ou seja, aquelas que melhor se ajustavam á propalada superioridade física e racional do sexo masculino. (p. 277)

Nos manuais pesquisados, percebe-se que as mães são sempre orientadas a demonstrar aos filhos a importância de observar o respeito à autoridade dos pais, que equivale à autoridade divina – com as implicações e responsabilidades no sentido inverso que esta deveria tomar. Nesta perspectiva, as prescrições aos pais envolvem a preocupação constante de evitar que seus filhos, quando mais crescidos, mantenham comportamentos abusivos, bem como aludem com frequência a conselhos sobre os cuidados que devem tomar em relação à saúde e higiene dos mesmos. No que se refere a gestos, vestuário, vocabulário, as apresentações devem ser discretas, o que parece garantir a educação de uma criança *bem educada e saudável*. Ainda no que concerne à discricção na apresentação das crianças, estas devem estar até pelo menos até os 12 anos

---

<sup>2</sup> Por *ressonância* eu quero me referir ao poder de um objeto exposto atingir um universo mais amplo, para além de suas fronteiras formais, o poder de evocar no expectador as forças culturais complexas e dinâmicas das quais ele emergiu e das quais ele é, para o expectador, o representante (Greenblatt, 1991, pp. 41-56, citado por Gonçalves, 2005).



de idade afastadas de reuniões freqüentadas por adultos, com a intenção, provavelmente, de segregar atitudes e sociabilidades entre adultos e crianças:

O fumo não ataca o organismo rapidamente, mas o faz aos poucos, sorrateiramente, sem que o fumante o perceba. (...) Por favor, mamãe, não me beije; você tem um hálito detestável que me revolta o estômago... Cheiro de cigarro... O mesmo poderiam repetir, se soubessem falar, as crianças confiadas aos cuidados da mãe que fuma, que não sabe se dominar e coloca o vício acima do dever sagrado de garantir a saúde a seus filhos. (Betânia, 1951, p. 231)

O exemplo edificante, a solidariedade, o amor ao próximo, tão caros à moral cristã, também são prerrogativas percebidas com freqüência nestes textos para a garantia de uma boa saúde moral e física, indicando a importância de os pais atentarem à construção do caráter e comportamento dos filhos, evidenciando assim a utilização e divulgação dos preceitos religiosos como auxiliares na edificação da sociedade imaginada e desejada para o momento. *Implantar na sua alma pura e funda esta verdade salutar*: “Nada posso por mim mesmo; tudo posso com a graça de Deus” (Betânia, 1951, p. 117). Tais prescrições, como se pode notar, agregam fundo religioso e permitem colocar a Igreja como uma instância que se ocupou de civilizar e educar as crianças dessa maneira onde o sinônimo de cidadão *saudável* era ser um cidadão *cristão*. São constantes as lembranças para que os pais nunca confundam o direito de autoridade com a delegação do autoritarismo, alegando que atitudes despóticas e rudes geram distúrbios de personalidade, além de incitar o ódio e outros comportamentos indesejáveis que possam provocar fúria e conseqüente descontrole de comportamento pelos pais e na própria criança depois, prejudicando sua saúde física e moral.

## À GUIA DE APONTAMENTOS FINAIS

Amplamente divulgados no ambiente escolar os manuais mostram, também, um percurso a ser seguido, em forma de aconselhamentos, normas, condutas e valores tecidos em narrativas simples, quase coloquiais. Pode-se considerar que os manuais contêm mapas para este percurso que estão materializados em índices por assuntos, páginas numeradas, desenhos ilustrativos, exemplos edificantes e pretendem enraizar-se numa cultura do gesto e do agir pessoal e podem valer como preciosos elementos de auxílio para “o entendimento de práticas culturais que contribuíram para a emergência histórica do individualismo moderno” (Gomes, 2004, p. 11). Dessa maneira, a presença dos manuais de civildade a partir das primeiras décadas do século XX, constituía partes de um programa de civildade, adotado pelas Escolas Normais, onde tais impressos integravam a bibliografia escolar e tinham a intenção de plasmar e normatizar comportamentos com vistas a práticas de sociabilidade que regulariam o que se considerava uma pessoa “bem educada”.



Considerados como construtores de imaginários, modeladores de posturas e condutas e, portanto, divulgadores de normas de civilidade, nos diferentes lugares onde atuaram, os manuais de civilidade tiveram vida longa na educação escolarizada. Na condição de documentos impressos e, como tais, testemunhas de uma época, podem auxiliar o historiador a buscar alguns sentidos e significados que contribuíram para inventar um determinado imaginário sobre as condutas consideradas adequadas aos homens e mulheres e crianças no convívio social. Ora, se o imperativo da década de 1950 era a idéia de modernidade atrelada à civilização, tais manuais, como documentos históricos, ao que tudo indica, objetivavam internalizar um conjunto de regras de comportamento que pudessem educar os indivíduos em relação a um dever *ser moderno* que se conjugava a ser portador de uma saúde perfeita.

Assim, pode-se considerar que na condição de documento histórico, um manual de civilidade, ao expor seus preceitos contribuiu na educação de uma correta saúde do corpo e da mente, inserindo-se no interior de um conjunto de representações de uma determinada sociedade em um contexto histórico específico. Atualmente, musealizados, estes documentos impressos se impõem a nossos olhos e analisados assumem a condição de *objetos históricos* que ganham forma e densidade na medida em que estão em determinada situação (Ramos, 2010): são testemunhos e servem de inspiração de atividades propostas e, como tal, são portadores de ressonâncias em diferentes sentidos e instâncias, pelos sujeitos históricos.

Na medida em que o passado é algo que nunca poderemos possuir, “porque quando percebemos o que aconteceu, os fatos já estão inacessíveis para nós” (Lewis, 2003, p. 17) trata-se, então, de pela leitura dos manuais e dos textos que dão suporte a este artigo, elaborar uma possível interpretação desse processo, ou seja, uma determinada representação desse passado, lançando alguns olhares sobre o assunto numa época diferente do contexto em que vivemos. Além disso, esta documentação permitiu lançar alguns olhares acerca da batalha travada, inicialmente, por médicos e juristas na tentativa de construir uma nova nação, moderna, sadia e civilizada, exterminando, para tanto, todos os comportamentos considerados doentios ou *venenos sociais* para aquela época: o problema do jogo, das drogas e do alcoolismo, a sífilis e a perda do pudor que poderia levar a prática de uma sexualidade desregrada, a vadiagem e o abandono do trabalho.

A preocupação com o *estado normal* dos indivíduos como condição de saúde moral e física também é recorrente nos preceitos dos manuais. Desta maneira, o consumo do tabaco que, como se sabe, não é alucinógeno e, pela concepção moral do período, era socialmente aceito, auxiliava a prescrever também as boas condutas aos fumantes nos espaços de sociabilidade.

Os discursos civilizatórios veiculados na imprensa periódica postulavam a internalização dos considerados bons costumes em relação ao próprio corpo apoiando-se na voz autorizada dos modernos conceitos científicos. Assim, a idéia da higiene visava normatizar os cuidados pessoais não apenas em relação ao corpo, que deveria ser forte, saudável e produtivo para elevar a grandeza da pátria como também os instintos necessitavam ser civilizados. Desta maneira, o combate sistemático aos diversos venenos sociais legitimava-se na construção de um conjunto de representações discursivas que colocavam o fumo, o álcool e as drogas na contramão da ordem e do progresso, ou seja, ameaças ao adequado caminhar da civilização.

Ao construir uma reflexão sobre essa temática tendo os manuais de civilidade da década de 1950 em destaque, foi possível perceber algumas mudanças e permanências



no discurso educativo-repressor acerca do consumo de álcool e drogas em interface com as prescrições advindas da década de 1920. Uma permanência nesse processo é a voz autorizada do saber médico que trouxe para si a função de produzir um conhecimento visto como legítimo e científico sobre o tema, bem como a idéia de educar para a prevenção também se manteve presente em toda a documentação pesquisada. Pode-se inferir que esta literatura de aconselhamento reservava um lugar para a temperança, entendida como sobriedade e concebida para além da polidez e do refinamento, como uma vitória da mente civilizada sobre o desejo imponderável, tal como sugere Peter Gay:

Seu sinônimo [temperança] era sobriedade, um padrão que exigia abstenção não apenas de bebidas embriagadoras, mas também de vícios perniciosos, como o jogo. (...) a moderação na atividade sexual, na comida, na bebida e na busca do prazer em geral era a estrada para a mais inestimável de todas as mercadorias – a boa saúde. (1995, p. 497)

Finalmente, uma mudança observada foi o deslocamento do sentido e dos significados da concepção de *saúde* para os fumantes de cigarros, desde a década de 1920 até os anos 1950. Se, para os *bons fumantes* da República Velha bastava escolher uma boa marca para que o consumo do cigarro fosse inofensivo, no tempo do nacional desenvolvimentismo a partir da década de 1950, os cigarros, embora ainda fossem considerados símbolos de elegância e distinção, estavam a ser transformados em venenos e, por conseguinte, seu usuário, o fumante, considerado um toxicômano (Dessbesell, 2004). A produção e circulação desses impressos que divulgam discursos de cunho civilizatório em uma determinada sociedade, nos mais variados dispositivos textuais, pode ser vista, enfim, como um esforço que tem por objetivo a internalização de regras para a construção das boas maneiras, ou seja, dos bons modos ou ainda, do que se considerava a boa educação.

## REFERÊNCIAS

- BETÂNIA, M. (1951). *A Arte de ser dona de casa*. São Paulo: Saraiva Livresiros.
- BOURDIEU, P. (2007). *A distinção. Crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp / Porto Alegre: Zouk.
- CARVALHO, M. M. C. de (1989). *A Escola e a República*. São Paulo: Brasiliense.
- CHARTIER, R (1992). Textos, impressão, leituras. In L. HUNT, *A nova História Cultural* (pp. 211-238). São Paulo: Martins Fontes.
- CHARTIER, R. (2003). *Formas e sentido Cultura escrita: entre distinção e apropriação*. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras.
- CUNHA, M. T. S. (2001). Práticas de leitura entre professoras primárias em Florianópolis-SC (1950-1960). In A. MORGA (Org.), *História das Mulheres de Santa Catarina* (pp. 207-217). Chapecó (SC): Editora Argos.



- CUNHA, M. T. S. (2008). Tenha Modos! A correspondência em manuais de civilidade e etiqueta (Anos 1920-1960). In A. F. RAMOS, R. PATRIOTA & S. J. PESAVENTO (Orgs.), *Imagens da História* (pp. 398-411). São Paulo: Aderaldo & Rotschild.
- CUNHA, M. T. S. (2009). *Uma biblioteca anotada. Caminhos do leitor no acervo de livros escolares no Museu da escola Catarinense. (Décadas de 1920 a 1960)*. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina.
- DESSBESELL, P. A. (2004). *Males Morais, Venenos Sociais: Educação em Discursos Civilizatórios (1920-1950)*. Trabalho de Conclusão de Curso. História. Florianópolis. UDESC.
- ELIAS, N. (1993). *O Processo Civilizador: Formação do Estado e Civilização*. Vol 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- FERREIRA, A. G. (2000). *Gerar, criar, educar. A criança no Portugal do Antigo Regime*. Coimbra: Quarteto Editora.
- FERREIRA, J. (2006). *A democracia no Brasil: 1945-1964*. São Paulo: Atual.
- GAY, P. (1995). *A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud, O cultivo do ódio*. Vol.3, São Paulo: Companhia das Letras.
- GOMES, A. de C. (Org.) (2004). *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- GONÇALVES, J. R. (2005). Ressonância, materialidade e subjetividade. As culturas como patrimônio. *Horizontes Antropológico*, 11(23), 15-36.
- GUEREÑA, J-L. (2005). *El alfabeto de las buenas maneras*. Madrid: Fundação Ruipérez.
- HARO, F. A. de (2007). *Las bridas de la conducta. Una aproximación al proceso civilizatorio español*. Centro de Investigaciones Sociológicas. Madrid: Siglo XXI.
- HONORATO, T. (2014). Indivíduos da ação civilizatória nas escolas normais paulistas (1896-1913). In A. GEBARA, C. J. COSTA & M. SARAT (Orgs.), *Leituras de Norbert Elias. Processo Civilizador, Educação e Fronteiras* (pp. 175-188). Maringá (PR): Eduem.
- JORNAL A REPÚBLICA. (1927). "Para uma juventude melhor" .. Florianópolis(SC). 13 de julho de 1927.
- JORNAL A REPÚBLICA. (1928). "Hygiene". Florianópolis (SC) 23 de agosto de 1928.
- LEWIS, J. G. (2003). *Paisagens da história: como os historiadores mapeiam o passado*. Rio de Janeiro: Campus.
- Ó, J. R. do (2003). *O governo de si mesmo: modernidade pedagógica e encenações disciplinares do aluno liceal (último quartel do século XIX - meados do século XX)*. Lisboa: Educa.
- RAINHO, M. C. T. (1995). A distinção e suas normas: leituras e leitores dos manuais de etiqueta e civilidade - Rio de Janeiro, século XIX. *ACERVO. Revista do Arquivo Nacional*, 8. Rio de Janeiro.



- RAMOS, F. R. L. (2010). As utilidades do passado na biografia dos objetos. In M. L. S. GUIMARÃES & F. R. L. RAMOS (Orgs.), *Futuro do Pretérito. Escrita da História e História do Museu* (pp. 50-77). Fortaleza: Instituto frei Tito de Alencar/Expressão Gráfica editora.
- REVEL, J. (1991). Os usos da civilidade. In P. ARIES & G. DUBY (Dirs.), *História da Vida Privada. Da Renascença ao Século das Luzes* (volume 3). São Paulo: Companhia das Letras.
- ROQUETTE, J. I. (1998). *Código do Bom Tom*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SCHAFFRATH, M. A. S. (2002). A proposta curricular da Escola Normal Catharinense de 1892. In L. SCHEIBE & M. D. DAROS (Orgs.), *Formação dos Professores em Santa Catarina* (pp. 93-111). Florianópolis: NUP/ CED/ UFSC.
- SCHWARCZ, L. M. (1997). Introdução. In J. I. ROQUETTE, *Código do Bom-Tom* (pp. 3-39). São Paulo: Companhia das Letras.
- TOTA, A. P. (2000). *O imperialismo sedutor. A americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras.
- VANDERBILT, A. (1958). *O livro de etiqueta: um guia para a vida elegante*. Rio de Janeiro: Distribuidora Record.

\*

**Received:** June 3, 2018

**Accepted:** June 18, 2018

**Final version received:** June 18, 2018

**Published online:** June 30, 2018

